

# CULTURA E IDENTIDADE NA GESTÃO UNIVERSITÁRIA: A INFLUÊNCIA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA ESCOLHA DOS(AS) GESTORES(AS)

## CULTURE AND IDENTITY IN UNIVERSITY MANAGEMENT: THE INFLUENCE OF GENDER RELATIONS IN THE CHOICE OF MANAGERS

Eduardo Felipe Hennerich Pacheco **1**  
Sirley Terezinha Filipak **2**

**Resumo:** O presente artigo, por meio de questionários respondidos pelos(as) coordenadores(as) de cursos de graduação, das instituições universitárias do estado do Paraná, tem por objetivo compreender os processos de formação e atuação para os cargos diretivos e como a escolha desses cargos é influenciada pelas relações de gênero. A partir dos dados gerados e das análises realizadas, foi possível compreender a dicotomia existente entre a feminização do magistério e a homogeneização masculina nos cargos de tomada de decisões. Os efeitos das estruturas cisheteropatriarcais, também contribuem para a construção de identidades e padrões impossíveis de serem alcançados, para a negação e/ou repulsa aos corpos femininos e feminizados, fatores que surtem efeitos nos níveis culturais e econômicos da profissão docente, fazendo com que a representação social do ser professor(a) esteja associada a um constante despreparo para sua função, ou seja, para fugir dessa imagem, os profissionais da educação adentram em um infundável ciclo formativo.

**Palavras-chave:** Relações de gênero. Escolha de gestores (as). Instituições de educação superior.

**Abstract:** This article, through questionnaires answered by the coordinators of undergraduate courses, from university institutions in the state of Paraná, aims to understand the training and performance processes for the management positions and how the choice of these positions is influenced by gender relations. From the data generated and the analyzes carried out, it was possible to understand the dichotomy between the feminization of the teaching profession and the male homogenization in decision-making positions. The effects of cisheteropatriarchal structures also contribute to the construction of identities and standards that are impossible to achieve, to the denial and/or repulsion of female and feminized bodies, factors that have effects on the cultural and economic levels of the teaching profession, causing the social representation of being a teacher is associated with a constant unpreparedness for their function, that is, to escape this image, education professionals enter an endless training cycle.

**Keywords:** Gender relations. Management training. Institutions of higher education.

---

Doutorando em Educação pelo programa de Pós-Graduação **1**  
em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR.  
Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
(CAPES) – Código de Financiamento 001. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0786145690560465>, ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1498-2351>.  
E-mail: [eduardo.pva@hotmail.com](mailto:eduardo.pva@hotmail.com)

Doutora em Educação, professora e pesquisadora no programa de **2**  
Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná –  
PUCPR. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0469009076005253>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4264-1626>. E-mail: [sirley.filipak@pucpr.br](mailto:sirley.filipak@pucpr.br)

## Introdução

A partir do início da década de 1970, “[...] primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1995, p. 3), a categoria gênero emergiu no cenário das discussões acadêmicas e depois espalhou-se pelas avenidas existenciais da humanidade.

Utilizado pelos múltiplos e diversos movimentos identitários, o conceito de gênero permitiu analisar e denunciar as hierarquias de opressões que historicamente foram estruturando-se e definindo normas e identidades hegemônicas, possibilitando pensar as relações humanas:

[...] de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem (LOURO, 2014, p. 27).

Na educação as hierarquias de exclusão e manutenção de hegemonias dominantes, baseadas nas relações de gênero, foram evidenciadas por Michel Foucault (1926-1984) em seus escritos acerca da influência das instituições, em especial as educativas, na vigilância, manutenção e construção identitária dos sujeitos. Para Foucault (1987, p. 153)

[...] o normal se estabelece como princípio de coerção no ensino, com a instauração de uma educação estandardizada e a criação das escolas normais; [...]. Tal como a vigilância e junto com ela, a regulamentação é um dos grandes instrumentos de poder no fim da era clássica. As marcas que significavam status, privilégios, filiações, tendem a ser substituídas ou pelo menos acrescidas de um conjunto de graus de normalidade, que são sinais de filiação a um corpo social homogêneo, mas que têm em si mesmos o papel de classificação, de hierarquização e de distribuição de lugares.

Esses processos de colonização de corpos, vidas e identidades, fazem com que os sujeitos constantemente busquem um “padrão de normalidade” (FOUCAULT, 2001; SCOTT, 2005; WALSH, 2008) impossível de alcançar. A interseccionalidade de violências que a busca por esse padrão causa, evidencia que “[...] não existe hierarquia de opressão” (AKOTIRENE, 2018, p. 41) e “[...] nos instrumentaliza a enxergar a matriz colonial moderna contra os grupos tratados como oprimidos” (AKOTIRENE, 2018, p. 39).

Com bases nesses pressupostos, busca-se no presente trabalho analisar as relações de gênero que permeiam os processos de escolha, formação e atuação dos gestores das instituições universitárias do Paraná. O problema que orientou a pesquisa buscou responder a seguinte questão: em que medida a escolha de gestores(as) é influenciada pelas relações de gênero?

Para responder a essa problemática foi elaborado um estudo qualitativo, com dados empíricos provenientes de questionários aplicados aos(as) coordenadores de cursos de graduação de 16 diferentes instituições universitárias presentes no estado do Paraná.

## Caminhos metodológicos da pesquisa

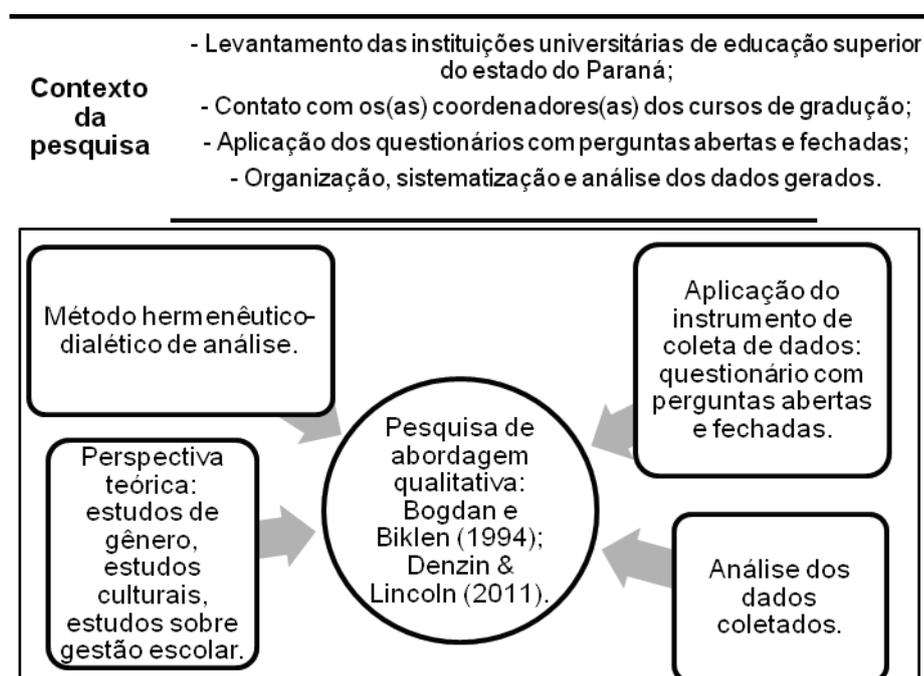
A pesquisa pautou-se na investigação qualitativa em educação (BOGDAN & BIKLEN, 2004). Optou-se pela pesquisa qualitativa pois a mesma

[...] localiza o observador no mundo. A pesquisa qualitativa consiste em um conjunto de práticas materiais interpretativas que tornam o mundo visível. Essas práticas transformam o mundo. Elas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo notas de campo, entrevistas,

conversas, fotografias, registros e lembretes para a pessoa. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa e naturalística do mundo. Isso significa que os pesquisadores qualitativos estudam coisas dentro dos seus contextos naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas lhes atribuem (DENZIN; LINCOLN, 2011, p. 3).

A partir da pesquisa qualitativa, utilizou-se elementos metodológicos do círculo hermenêutico-dialético que visou “apreender o ponto de vista dos atores sociais previstos nos objetivos da pesquisa” (MINAYO, 2013, p. 99). Podemos observar a estrutura da pesquisa na Figura 1.

**Figura 1.** Esquema metodológico da pesquisa empreendida



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2018).

Como observa-se na Figura 1, o cotejamento de dados empíricos foi proporcionado pela aplicação de questionários, aos(as) coordenadores(as) de cursos de graduação. O questionário compreendia perguntas abertas e fechadas, que objetivava ilustrar “[...] ideias, crenças, maneiras de pensar [...]; condutas; projeções para o futuro; razões conscientes ou inconscientes de determinadas atitudes e comportamentos” (MINAYO, 2013, p. 262). Na educação, esse posicionamento interpretativo e dialético, proporcionado pelo método utilizado, se faz extremamente necessário para que haja uma abertura rumo à construção do conhecimento educacional. De acordo com Miranda (2012, p. 205)

[...] outro elemento que constitui a experiência hermenêutica da pesquisa educacional é a abertura ao horizonte do outro. A experiência hermenêutica enquanto abertura corresponde a uma espécie de “suspensão” que torna visível através da dialética da pergunta e da resposta. Essa atitude de suspensão realizada através do movimento do ir e vir, do falar e do ouvir, do jogo de perguntas e respostas, abre a possibilidade mesma da experiência. Nesse sentido a experiência concebida como um jogo de possibilidades, onde a relação do modo de compreender aparece como uma correlação ao modo de um diálogo.

Foram aplicados questionários a 53 coordenadores(as), de 16 instituições universitárias que possuem uma heterogeneidade em suas esferas administrativas, compreendendo instituições públicas (federais e estaduais), privadas (com e sem fins lucrativos), comunitárias e confessionais. O instrumento de coleta de dados possuía 30 perguntas abertas e fechadas que visavam conhecer o processo de escolha e formação dos gestores e gestoras das instituições universitárias do estado do Paraná.

Na aplicação do questionário, os(as) participantes foram informados(as) acerca do estudo que seria desenvolvido. Questões como o anonimato das respostas, tanto dos(as) respondentes quanto das instituições investigadas, os objetivos e a ética da pesquisa foram esclarecidas. O projeto de pesquisa foi submetido ao comitê de ética e aprovado pelo parecer n.º 536.847.

Os dados gerados foram sistematizados e inseridos no software “Qualtrics Research Suite”, permitindo a construção de gráficos e tabelas transversais e multivariadas de análise do conteúdo que contemplou “[...] pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados - a inferência e a interpretação” (BARDIN, 2015, p. 121).

O referencial teórico insere-se nas interfaces dos estudos sobre gestão escolar (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012; LÜCK, 2006; PARO, 2009) e formação de professores(as) tensionando-os aos estudos de gênero (SCOTT, 1995; LOURO, 2014) que evidenciam as relações hierárquicas de saber/poder, que permeiam as relações humanas, principalmente as tensões que fabricam culturalmente as diferenças e desigualdades na divisão sexual do trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2007).

## Relações de gênero na gestão educacional

O conceito de gestão educacional é caracterizado por uma multiplicidade de concepções que ao longo do tempo foi resignificando-se para atender às características das concepções do ato de gerir as instituições educacionais (LÜCK, 2006; PARO, 2009). Libâneo, Oliveira e Toschi (2003) apresentam quatro principais concepções de gestão escolar, sendo elas:

a) Técnico-científica, baseada na “[...] hierarquia de cargos e de funções, nas regras e nos procedimentos administrativos, para a racionalização do trabalho e a eficiência dos serviços escolares” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 324);

b) Autogestionária, promovendo a “[...] responsabilidade coletiva, ausência da direção centralizada e na acentuação da participação direta e por igual de todos os membros da instituição escolar” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 324);

c) Interpretativa que concebe a instituição escolar como uma “[...] realidade social subjetivamente construída, não dada nem objetiva”. A gestão nessa perspectiva, deve privilegiar a “[...] ação organizadora com valores e práticas compartilhados” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 327) e a;

d) Democrático-participativa que concebe a gestão como um ato articulado e participativo onde “[...] todos dirigem e são dirigidos, todos avaliam e são avaliados”, e a ênfase nessa perspectiva gestonária é “[...] tanto nas tarefas quanto nas relações” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 327).

A legislação brasileira indica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN - n.º 9.394 de 1996, que as instituições públicas de ensino devem pautar sua gestão em processos democráticos, que envolvam todos os sujeitos inseridos no espaço escolar, de avaliação e de tomada de decisões (BRASIL, 1996). Para Lima (2014), essa indicação legal de um modelo de gestão é

[...] uma contribuição indispensável ao processo de realização do direito à educação e à democratização das suas organizações escolares, das suas estruturas, dos processos de decisão, das relações de poder, das práticas educativas e de produção de conhecimento, dos direitos ao exercício da cidadania democrática e da participação ativa, não apenas por parte dos profissionais da educação, mas também, desde

logo, dos educandos, das suas famílias, da comunidade, numa perspectiva de construção sociocomunitária da autonomia da escola, em direção ao seu autogoverno, a gestão democrática das escolas é realização de extraordinária exigência e dificuldade (LIMA, 2014, p. 1070-1071).

Todavia, como apontado por Lima (2014), a implementação de uma gestão democrática não é uma tarefa simples. Dados de nossa pesquisa indicam que apenas 28% dos(as) coordenadores(as) de cursos de graduação (bacharelado, licenciaturas e tecnólogos), ascenderam ao cargo diretivo, via eleições democráticas, 72% foram indicados ao cargo por coordenadores anteriores, professores(as) do departamento e/ou pela administração central da instituição.

Em relação ao gênero dos(as) gestores(as) podemos observar na Tabela 1 a predominância de homens nas posições de coordenação e direção.

**Tabela 1:** Gênero dos(as) coordenadores(as) de curso.

Resposta	Frequência	%
Masculino	31	60%
Feminino	22	40%
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2018).

Essa “[...] feminização do magistério e masculinização do comando educacional” (WARDE; ROCHA, 2018) já vem sendo apontado por inúmeros estudos no Brasil (VIANNA; CARVALHO; SCHILLING, 2011; LOURO, 1989; NÓVOA, 1989; VIANNA, 2012) e em âmbitos internacionais (MORGAGE, 1992, 1997; YANNOULAS, 1996). Estudos esses que evidenciam o caráter hierárquico das relações de gênero no magistério e denunciam a constituição de redes de poder que instituem e demarcam as diferenças e desigualdades presente na ascensão à cargos de tomadas de decisões e liderança. Fato esse que reitera a tese que

[...] historicamente, nesses espaços, os grupos dominantes – os homens brancos heterossexuais de classe média urbana, no caso das sociedades ocidentais – falaram sobre os demais, construindo representações sociais que tiveram e têm poderosos efeitos de verdade. [...] A luta no terreno cultural é, fundamentalmente, uma luta em torno da atribuição de poder – não apenas porque eles expressam posições de poder, mas também porque têm efeitos de poder (LOURO, 2002, p. 232).

Nesse jogo de produção das diferenças e desigualdades outra marcação social emerge, a identidade. Para Silva (2014, p. 76) “[...] identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são o resultado de atos de criação”, ou seja, são “[...] ativamente produzidas [...]”. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais” (SILVA, 2014, p. 76). Essa estrutura de produção identitária, por estar em constante construção e ressignificação, é permeada por questões de raça/etnia, classe e gênero e nela “[...] as mulheres são tratadas como objetos ou símbolos, cujos sentidos não lhes pertencem e cuja função é manter o capital simbólico, circulando como mercadoria de pouco valor” (MIRANDA; SCHIMANSKI, 2014, p. 72).

A predominância de homens em posições de direção, gestão e tomada de decisões nas instituições de educação superior, além de ressaltar uma cultura cisheteropatriarcal, revela uma ambiguidade quando contrastamos com o avassalador número de mulheres atuando como professoras na educação básica e superior, e com a porcentagem de matrículas em cur-

dos de licenciaturas, onde o “[...] sexo feminino predomina em ambas as modalidades de ensino” (BRASIL, 2017). Podemos observar essa discrepância porcentual nas Tabelas 2 e 3.

**Tabela 2:** Número de professores(as) por gênero na educação básica em 2017.

Gênero	Números	%
Feminino	1.753.047	80%
Masculino	439.177	20%
<b>Total</b>	<b>2.192.224</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Relatório Sinopse da educação básica (INEP, 2018a).

**Tabela 3:** Matrículas em cursos de licenciaturas por gênero em 2017.

Gênero	%
Feminino	70,6%
Masculino	29,4%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Censo da educação superior (INEP, 2018b).

Os dados apresentados nas Tabelas 2 e 3, quando relacionados com os dados da Tabela 1, evidenciam as transformações e construções da profissão professor(a) onde a

[...] dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os hábitos: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais. Por conseguinte, a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, tóxico, sobre o sentido das práticas. E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se veem envolvidas em esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica (BOURDIEU, 2014, p. 45).

De forma dicotômica dessa dominação apontada por Bourdieu (2014), o exercício do magistério, para a mulher, assume o discurso e a representação da profissão/vocação, que elas devem almejar e desempenhar com beleza e recato, e nessa perspectiva,

[...] as professoras são compreendidas como mães espirituais – cada aluno ou aluna deve ser percebido/a como seu próprio filho ou filha. De algum modo, as marcas religiosas da profissão permanecem, mas são reinterpretadas e, sob novos discursos e novos símbolos, mantém-se o caráter de doação e de entrega que já se associava à atividade docente (LOURO, 2014, p. 101).

Em contrapartida da doação e entrega realizada pelas mulheres em sua “vocação” ao ensino, os cargos de direção e coordenação, cargos com maiores prestígios sociais e econômicos, são ocupados em sua maioria por homens. Essa conjuntura cria inúmeras representações sociais que objetivam a orientação e organização dos “[...] comportamentos sociais, pois determinam nossa relação com o mundo e com os outros” (SOUZA; SILVA; SANTOS, 2017, p. 521) e, dessa maneira possuem a possibilidade de intervir “[...] em diversos processos, tais como no desenvolvimento individual e coletivo, na difusão e assimilação de conhecimentos, bem como na definição de identidades pessoais e sociais, na manifestação dos grupos e nas transformações sociais” (SOUZA; SILVA; SANTOS, 2017, p. 521).

Essas construções identitárias e culturais, vão criar e definir os papéis sociais que cada um deve, ou não, desempenhar. E nessa geografia colonialista as identidades serão atravessadas pelas marcações de raça/etnia, classe e gênero que interseccionadas vão influenciar em todos os aspectos da vida dos sujeitos. Imbricados nessas representações e enraizando-se “[...] no simbólico, no mental, na linguagem [...]” (PERROT, 2005, p. 258), as identidades tornam-se “[...] uma construção social ligada à relação entre sexos. Ela mostra as armadilhas da diferença, inocentada pela natureza e erigida em princípio organizador, em uma relação desigual” (PERROT, 2005, p. 258).

A desvalorização dos corpos femininos ou femininizados, também vai colocar a profissão professor(a) em uma constante não preparação para o exercício do magistério. Adorno (2006) ilustra bem essa problemática quando escreve que “[...] conforme a percepção vigente, o professor, embora sendo um acadêmico, não seria socialmente capaz” (ADORNO, 2006, p. 99). A eterna formação continuada, especializações, pós-graduações *lato* e *stricto sensu*, além de beneficiar as políticas neoliberais e os processos de mundialização do capital, demonstram a eficácia que as representações sociais do ser professor(a) desempenha, e nesse desempenho os(as) professores(as) são apresentados(as) como sujeitos nunca preparados(as) para a função que desempenham (HENNERICH PACHECO; FILIPAK; PIANOVSKI, 2019).

Essa também é a realidade dos(as) coordenadores(as) das instituições universitárias do Paraná, que para se adequarem ao padrão estabelecido são forçados “[...] a assumir determinada forma, entrar em determinada categoria, na realidade, a se tornar idêntico aos outros, sob pena de não ser compreendido, nem decodificado” (MOSCOVICI, 2010, p. 34). Podemos observar essa constante formação continuada na Tabela 4.

**Tabela 4:** Porcentagem dos(as) coordenadores(as) com pós-graduação.

Nível	Sim	Não
Especialização	65%	35%
Mestrado	87%	13%
Doutorado	58%	42%

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2018).

A formação de gestores e gestoras também é acompanhada de inúmeras intercorrências. 60% dos respondentes de nossa pesquisa, exprimiram que a instituição de atuação não forneceu nenhuma formação para a atuação na coordenação e gestão. E nos casos em que

houve formação, 53% não foram custeadas pela instituição, cabendo ao(a) próprio(a) gestor(a) o financiamento do curso.

A exigência de um constante aperfeiçoamento profissional do(a) professor(a) tem inúmeras implicações na vida cotidiana desses(as) profissionais. Jornada tríplex de trabalho, onde os profissionais tentam conciliar o trabalho formal remunerado, os estudos e as atividades extras, as quais quase sempre não são remuneradas. O fator econômico também impacta na profissão, salários baixos e pouca valorização do magistério tendem a ser um dos grandes desmotivadores para a escolha e desistência da profissão.

Nessa perspectiva mercantil, os cursos de formação de professores(as) deixam de “[...] formar intelectuais, pensadores, seres humanos” (COÊLHO, 2016, p. 100) para formar administradores produtivos e performáticos (OLIVEIRA, 2013; BALL, 2014), culminando no prevalecimento de “[...] uma mentalidade de exacerbado pragmatismo” (SEVERINO, 2016, p. 7).

### **O que os resultados parecem indicar**

A partir da discussão empreendida, percebe-se que “[...] não é possível desvincular as questões de gênero da cultura e da rede que são o contexto desta construção” (FEIJÓ; MACEDO, 2012, p. 21).

Os resultados da pesquisa empírica, apontam que as relações de gênero na gestão escolar são permeadas, histórico e culturalmente, por hierarquias de saber/poder. Essas hierarquias produzem desigualdades, diferenças e identidades que indicam que, “[...] apesar da conquista de novos espaços, no entanto, as mulheres ainda são discriminadas” (BRUSCHINI, 1994, p. 75), e “[...] continuam encontrando maior dificuldade para ocupar cargos de chefia” (MACÊDO; MACEDO, 2004, p. 71).

Os dados apresentados, assim como o próprio método hermenêutico-dialético sugere, são dados em “[...] um processo de construção e de interpretação hermenêutica de um determinado grupo [...] através de um vai-e-vem constante entre as interpretações e reinterpretações sucessivas (dialética) dos indivíduos” (ALLARD, 1997, p. 50-51). O método utilizado não tem a intenção de esgotar as análises, ao contrário, por estar em constante reinterpretação a pesquisa fica sempre aberta a possíveis modificações. Todavia, os elementos reunidos no presente texto permitem evidenciar as seguintes análises:

a) Histórico e culturalmente o magistério no Brasil e no mundo foi associado a uma profissão/vocação. Esse fato, contribuiu, e ainda contribuí, para que houvesse uma predominância de mulheres nas salas de aulas. Todavia, apesar dessa massiva feminização da profissão professor, os cargos de gestão, tomada de decisões e com maiores prestígios sociais são predominantemente ocupados por homens;

b) Essa hegemonia masculina nos cargos diretivos, se torna ainda mais contraditória quando observamos os dados das Tabelas 2 e 3, que demonstram a discrepância entre o número de mulheres na educação básica e nas matrículas dos cursos de licenciaturas, e o número de homens nessas mesmas situações;

c) A desvalorização de corpos femininos e femininizados, coloca o magistério, justamente por ser predominantemente uma profissão feminina, em um eterno despreparo, fazendo com que professoras e professores enfrentem múltiplas jornadas de trabalho, funções e estudos para corresponder ao modelo desejado e ideal da profissionalização docente;

d) Fatores de ordem cultural e econômica como a desvalorização da profissão, pouco ingresso econômico e pouca estabilidade profissional colocam a carreira docente no hall das profissões de menor prestígio social, fato esse que influencia na não escolha dos(as) jovens pela profissão. E por fim,

e) As relações de gênero atravessam as instituições educacionais, permeando, interseccionando e abarcando todos os aspectos da vida dos sujeitos inseridos nesses espaços. Cotidianamente essas relações influenciam na construção identitária dos sujeitos, fazendo com que na busca pela correspondência de uma imagem ideal, masculinidades e feminilidades sejam construídas, ressignificadas, transgredidas e por vezes excluídas.

## Considerações Finais

O presente artigo teve como objetivo analisar a influência das relações de gênero no processo de escolha da gestão nas instituições universitárias do estado do Paraná. Nesse percurso investigativo, evidenciou-se a dicotomia existente entre a femininização do magistério e a masculinização da gestão escolar.

A pesquisa contou com a análise de dados empíricos, provenientes de questionários aplicados a 53 coordenadores de cursos de graduação, de 16 diferentes instituições universitárias presentes no estado do Paraná. Os dados gerados evidenciaram uma escolha de gestores pautadas na indicação 72%, e apenas 28%, ascenderam ao cargo via processos democráticos, que levassem em consideração todos(as) os envolvidos(as) no contexto educacional, como indica a legislação. Quando tensionados com os números de mulheres na docência e nas matrículas em cursos de licenciatura, os dados demonstram uma dicotomia existente entre a porcentagem de mulheres e homens em cargos de comando.

Nesse contexto, conclui-se que as relações de gênero influenciam diretamente na escolha dos(as) gestores(as) e que essa divisão sexual do trabalho, estruturada a partir dessas relações, contribui para a desvalorização do magistério, a criação de diferenças e desigualdades, uma representação cultural do(as) profissional nunca preparado para desempenhar sua função, e demais violências que interseccionam no cotidiano da vida de professoras e professores.

A superação de tais violências requerer mudanças estruturais na cultura e na sociedade. Tais mudanças deve ter aporte via educação e currículos – escolares e de formação de professores(as) – que desvelem as relações de poder/saber presentes na sociedade.

## Referências

Adorno, T. W. Tabus acerca do magistério. In: ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Tradutor: Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra. p. 97-117.

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?**. Belo Horizonte -MG: Letramento: Justificando, 2018.

BALL, S. J. **Educação Global S. A.**: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**, Lei nº 9.394 de 1996. Diário Oficial da União. Brasília: DF, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 12 out. 2019.

BRUSCHINI, M. C. A. Mulher e mundo do trabalho: ponto de vista sociológico. In: BRANDÃO, M. L.; BINGEMER, M. C. (Orgs.). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Loyola, 1994.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. 1. ed. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2014.

COÊLHO, I. M. Universidade e ensino: treino ou formação. In: COÊLHO, I. M.; FURTADO, R. M. M. (orgs.). **Universidade, cultura, saber e formação**. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2016. p. 87-107.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. Sessions. Introduction: The discipline and practice of qualitative research. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **The Sage handbook of qualitative research**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2011. p. 1-19.

FEIJÓ, M. R.; MACEDO, R. M. S. Gênero, cultura e rede social: a construção social da desigualdade de gênero por meio da linguagem. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 1, p. 21-34, 2012.

Disponível em: <http://www.revistanps.com.br/nps/article/view/249>. Acesso em: 01 dez. 2019.  
FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FOUCAULT, M. **Os anormais**: Curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

HENNERICH PACHECO, E. F.; FILIPAK, S. T.; PIANOVSKI, A. D. V. Relações de gênero na docência: as representações sociais do magistério no cinema. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.16 n. 45. jul./set. 2019. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/4306/47966101>. Acesso em: 30 nov. 2019.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, dez. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010015742007000300005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742007000300005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 30 nov. 2019.

INEP. Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica**. Brasília: Inep, 2018a. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em 30 nov. de 2019.

INEP. Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior**: Notas estatísticas 2017. Brasília: Inep, 2018b. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2018/censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2017-notas\\_estatisticas2.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf). Acesso em: 30 nov. 2019.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, João F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 10. ed., rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, L. C. A Gestão Democrática das Escolas: do autogoverno à ascensão de uma pós-democracia gestonária?. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1067-1083, dez. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302014000401067&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302014000401067&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 30 nov. 2019.

LOURO, G. L. Magistério de 1º grau: um trabalho de mulher. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 14, nº 2, jul./dez. 1989, p. 31-39.

LOURO, G. L. Gênero: questões para a Educação. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. G. **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas - Editora 34, 2002. p. 225-242.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2014.

LÜCK, H. **Gestão educacional**: uma questão paradigmática. Petrópolis: Vozes, 2006.

MACEDO, G. S.; MACEDO, K. B. As relações de gênero no contexto organizacional: o discurso de homens e mulheres. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 61-90, jun. 2004. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-66572004000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572004000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 01 dez. 2019.

MIRANDA, J. V. A. Experiência hermenêutica e pesquisa na formação docente. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, pp.199-209, jan./abr, 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/miranda.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2019.

MIRANDA, T. L.; SCHIMANSKI, E. Relações de gênero: algumas considerações conceituais. In: FERREIRA, A.J., (Org.). **Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade**: perspectivas contemporâneas. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014. p. 66-91.

MORGAGE, G. El determinante de género en el trabajo docente de la escuela primaria. In: Facultad de Filosofía y Letras UBA. **Cuadernos de Investigación Nº12**. Buenos Aires: Miño y Dávila editores, 1992.

MORGAGE, G. **Mujeres en la Educación**: Género y docencia en Argentina 1870-1930. Buenos Aires: Miño y Dávila editores, 1997.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 2. ed. Tradução de Pedrinho A. Guarischi. Petrópolis: Vozes, 2010.

NÓVOA, A. **Os professores**: Quem são? Donde vêm? Para onde vão? Lisboa: ISEF, 1989.

OLIVEIRA, J. F. Os papéis sociais e a gestão das universidades federais no Brasil. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 26., 2013, Recife, **Anais...** Recife, 2013.

PARO, V. H. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2009.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul.- dez. 1995.

SCOTT, J. W. "O enigma da igualdade". **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005 - p. 11-29.

SOUZA, E. J.; SILVA, J. P.; SANTOS, C. Representações de docentes acerca da diversidade sexual e homofobia. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 519-544, ago. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2017000200519&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000200519&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 30 nov. 2019.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73-102.

VIANNA, C. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. **Pró-Posições** (UNICAMP. Impresso), v. 23, p. 127-143, ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v23n2/a09v23n2>. Acesso em: 30 nov. 2019.

VIANNA, C. P. *et al.* Gênero, sexualidade e educação formal no Brasil: uma análise preliminar da produção acadêmica entre 1990 e 2006. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 525-545, jun. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302011000200016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302011000200016&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 30 nov. 2019.

WALSH, C. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. **Tabula Rasa**, n. 09, p. 131-152, 1 jul. 2008.

WARDE, M. J.; ROCHA, A. C. S. M. Feminização do magistério e masculinização do comando educacional: estudos no Teachers College da Universidade de Columbia (1927-1935). **Educ. rev.**, Curitiba, v. 34, n. 70, p. 35-50, ago. 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602018000400035&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602018000400035&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 15 out. 2019.

YANNOULAS, S. C. **Educar**: ¿una Profesión de Mujeres? La Feminización del Normalismo y la Docencia en Brasil y Argentina (1870- 1930). Buenos Aires: Kapelusz, 1996.

Recebido em 09 de fevereiro de 2021.

Aceito em 19 de abril de 2021